

GUARDIÃS DA FLORESTA: PROTAGONISMO FEMININO E RESISTÊNCIA LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA INDÍGENA

GUARDIANS OF THE FOREST: FEMALE PROTAGONISM AND LINGUISTIC
RESISTANCE IN INDIGENOUS AMAZONIA

Ciências Sociais Aplicadas • 16/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773641530](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773641530)

Sérgio Nunes de Jesus¹

Shyrley de Almeida Alves²

Miriam Almeida Sampaio³

RESUMO

O documento destaca o papel central da linguagem na preservação cultural dos povos indígenas na Amazônia, enfatizando o protagonismo feminino nesse processo. As mulheres indígenas atuam como guardiãs da oralidade, transmitindo saberes ancestrais por meio da fala e reforçando identidades culturais em contextos de colonização, violência simbólica e silenciamento. Sua atuação é fundamental na resistência de línguas ameaçadas, fortalecendo a memória coletiva e enfrentando a perda cultural. Além disso, a linguagem é vista como instrumento de poder, disputando espaços simbólicos e reivindicando autonomia frente às estruturas de dominação. As organizações sociais e movimentos indígenas desempenham papel importante ao promoverem a valorização das línguas e culturas, ampliando a visibilidade do protagonismo feminino nas esferas públicas. Ainda que avanços legais tenham sido conquistados, desafios permanecem para a implementação de políticas públicas eficazes, que considerem a diversidade linguística e fortaleçam o papel das mulheres na continuidade cultural. Assim, o estudo evidencia que a preservação linguística e cultural é uma resistência ativa frente às ameaças externas, reafirmando o direito dos povos indígenas à própria história e à sua expressão cultural. A valorização das línguas indígenas é, portanto, essencial para a construção de um país mais plural e justo.

Palavras-chave: Língua indígena. Resistência cultural. Protagonismo feminino. Amazônia. Políticas públicas.

ABSTRACT

The document highlights the central role of language in the cultural preservation of indigenous peoples in the Amazon, emphasizing the female protagonism in this process. Indigenous women act as guardians of orality, transmitting ancestral knowledge through

speech and reinforcing cultural identities in contexts of colonization, symbolic violence, and silencing. Their role is fundamental in the resistance of endangered languages, strengthening collective memory and facing cultural loss. Furthermore, language is seen as an instrument of power, disputing symbolic spaces and claiming autonomy against domination structures. Social organizations and indigenous movements play an important role in promoting the valorization of languages and cultures, increasing the visibility of female protagonism in public spheres. Although legal advances have been made, challenges remain for the implementation of effective public policies that consider linguistic diversity and strengthen the role of women in cultural continuity. Thus, the study shows that linguistic and cultural preservation is an active resistance against external threats, reaffirming the right of indigenous peoples to their own history and cultural expression. The valorization of indigenous languages is, therefore, essential for building a more plural and just country.

Keywords: Indigenous language. Cultural resistance. Female protagonism. Amazon. Public policies.

RESUMEN

El documento destaca el papel central del lenguaje en la preservación cultural de los pueblos indígenas en la Amazonía, enfatizando el protagonismo femenino en este proceso. Las mujeres indígenas actúan como guardianas de la oralidad, transmitiendo saberes ancestrales a través de la palabra y reforzando identidades culturales en contextos de colonización, violencia simbólica y silenciamiento. Su actuación es fundamental en la resistencia de lenguas amenazadas, fortaleciendo la memoria colectiva y enfrentando la pérdida cultural. Además, el lenguaje es visto como instrumento de poder, disputando espacios simbólicos y

reivindicando autonomía frente a las estructuras de dominación. Las organizaciones sociales y movimientos indígenas desempeñan un papel importante al promover la valorización de las lenguas y culturas, ampliando la visibilidad del protagonismo femenino en las esferas públicas. Aunque se han conquistado avances legales, permanecen desafíos para la implementación de políticas públicas efectivas que consideren la diversidad lingüística y fortalezcan el papel de las mujeres en la continuidad cultural. Así, el estudio evidencia que la preservación lingüística y cultural es una resistencia activa frente a las amenazas externas, reafirmando el derecho de los pueblos indígenas a su propia historia y a su expresión cultural. La valorización de las lenguas indígenas es, por lo tanto, esencial para la construcción de un país más plural y justo.

Palabras-clave: Lengua indígena. Resistencia cultural. Protagonismo femenino. Amazonía. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A linguagem ocupa lugar central nos processos de constituição cultural dos povos indígenas no Brasil, não apenas como meio de comunicação, mas como fundamento da memória coletiva, da organização social e da transmissão de saberes entre gerações. Nos contextos indígenas, falar a própria língua significa manter vivos modos específicos de interpretar o mundo, de nomear a natureza, de expressar sentimentos e de construir vínculos comunitários. Em territórios marcados por históricos de colonização, violência simbólica e silenciamento, a preservação das línguas indígenas se apresenta como prática cotidiana de resistência cultural e política, especialmente quando protagonizada pelas mulheres, que historicamente assumem o papel de guardiãs do conhecimento

ancestral e da oralidade comunitária (Orrico, 2018; Potiguara, 2019; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022).

No estado de Rondônia, onde coexistem diferentes povos indígenas e línguas originárias, as mulheres indígenas têm desempenhado papel decisivo na manutenção das práticas linguísticas tradicionais, mesmo diante de pressões externas como a escolarização monolíngue, o avanço do português como língua dominante e os impactos socioculturais decorrentes da expansão econômica e territorial. A língua, nesse contexto, não se limita ao espaço doméstico, mas atravessa rituais, narrativas, cantos, práticas educativas e processos de organização coletiva. Nesse sentido, estudos recentes indicam que a atuação feminina na preservação linguística se articula às estratégias de fortalecimento identitário e de reafirmação cultural, sobretudo em territórios amazônicos como Rondônia, onde os efeitos do contato forçado ainda reverberam de forma intensa (Bairro, 2025; Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

Assim, ao abordar a relação entre mulheres indígenas, linguagem e poder, torna-se necessário compreender que o uso da língua também se configura como espaço de disputa simbólica. A imposição histórica do português produziu não apenas a substituição linguística, mas também a desvalorização das línguas originárias e dos saberes a elas associados. Nesse cenário, o ato de falar, ensinar e transmitir a língua indígena adquire sentido político, pois confronta estruturas de dominação que tentaram reduzir os idiomas ao silêncio. Dessa maneira, as mulheres indígenas, ao assumirem posições de liderança comunitária, educacional e cultural, ampliam o alcance dessas práticas, pois transforma a linguagem em instrumento de afirmação, autonomia e

continuidade cultural (Aliaga Fuentes, 2025; Costa; Fonseca, 2025; Neto, 2022).

Nesse contexto, a relevância do trabalho reside na necessidade de dar visibilidade ao protagonismo das mulheres indígenas na preservação linguística em Rondônia, considerando-se que as vozes foram historicamente marginalizadas, tanto nos registros acadêmicos quanto nas políticas públicas. A problematização da linguagem como elemento de resistência e poder, busca-se a compreensão de que forma as mulheres articulam práticas linguísticas, identidades culturais e estratégias políticas nos territórios. Diante disso, emerge a seguinte problemática: de que maneira as mulheres indígenas em Rondônia utilizam a linguagem como instrumento de resistência, poder e preservação cultural em contextos marcados por desigualdades históricas e sociolinguísticas?

Sendo assim, o objetivo geral desse estudo consiste em analisar o papel das mulheres indígenas na preservação da linguagem e da cultura em Rondônia, compreendendo-se a língua como espaço de resistência e afirmação identitária. Como objetivos específicos, busca-se a) discutir a relação entre linguagem e identidade cultural feminina indígena; b) examinar a linguagem como espaço de disputa e poder; c) compreender a atuação das organizações e movimentos indígenas; d) refletir sobre os desafios da educação indígena; e, e) analisar o impacto das políticas públicas voltadas à promoção das línguas originárias no estado.

Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com base na análise de livros, artigos científicos, relatórios institucionais e produções acadêmicas

recentes sobre mulheres indígenas, linguagens originárias e políticas linguísticas. Assim, foram utilizados como descritores: mulheres indígenas, línguas indígenas, preservação cultural, políticas linguísticas e Rondônia. Como critérios de inclusão, consideraram-se produções publicadas a partir de 2017, de autores brasileiros e com aderência direta ao tema. Logo, foram excluídos materiais sem respaldo acadêmico, textos opinativos sem fundamentação teórica e produções que não dialogassem com o contexto indígena brasileiro.

1. A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DAS MULHERES INDÍGENAS EM RONDÔNIA

A linguagem constitui um dos pilares centrais da identidade cultural dos povos indígenas, pois funciona como elo entre passado, presente e futuro. Para as mulheres indígenas em Rondônia, a língua não representa apenas sistema de signos, mas modo próprio de existir no mundo, de organizar a vida comunitária e de transmitir valores ancestrais. Ao ensinar a língua às crianças, narrar histórias e manter vivas as expressões tradicionais, as mulheres fortalecem vínculos identitários e reafirmam pertencimentos coletivos, mesmo em contextos marcados por intensos processos de silenciamento cultural (Dorrico, 2018; Bairro, 2025; Potiguara, 2019).

Em muitas comunidades rondonienses, são as mulheres que detêm o conhecimento dos cantos, das narrativas míticas e das formas tradicionais de comunicação, articulando-se a língua às práticas cotidianas de cuidado, educação e espiritualidade. Essa centralidade feminina na transmissão linguística revela a dinâmica em que a língua se torna espaço de continuidade cultural, ao mesmo tempo

em que se adapta às transformações sociais impostas pelo contato com a sociedade não indígena (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

Nesse sentido, a linguagem indígena carrega experiências históricas e sentidos coletivos que ultrapassam o simples ato de falar. A reflexão sobre a condição das mulheres indígenas e a relação com a palavra, Potiguara (2019) propõe que:

A língua é o fio que costura a memória dos povos indígenas, atravessando gerações e resistindo às tentativas de apagamento. Quando uma mulher indígena fala sua língua, ela reafirma a existência de seu povo, recupera histórias silenciadas e reconstrói identidades que foram fragmentadas pelo processo colonial. A palavra, nesse contexto, não é neutra; ela carrega dor, luta, espiritualidade e esperança, tornando-se instrumento de sobrevivência cultural e política (Potiguara, 2019, p. 67-68).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a linguagem ao ser preservada pelas mulheres indígenas, assume papel ativo na reconstrução identitária. Em Rondônia, onde línguas enfrentam risco de desaparecimento, o protagonismo feminino se manifesta como estratégia concreta de enfrentamento à perda cultural. Assim, a manutenção da língua permite que as mulheres reafirmem as identidades não apenas dentro das comunidades, mas também nos espaços institucionais, educacionais e políticos, ampliando-se o

alcance das vozes (Aliaga Fuentes, 2025; Costa; Fonseca, 2025; Neto, 2022).

Nesse contexto, a identidade cultural não é estática, se constrói em diálogo com as experiências históricas e com os desafios contemporâneos. As mulheres indígenas de Rondônia, ao utilizarem a língua em diferentes esferas da vida social, ressignificam práticas tradicionais e criam novas formas de expressão cultural. Essa dinâmica evidencia que a preservação linguística não implica isolamento, mas sim a capacidade de negociar sentidos e fortalecer identidades no cenário de múltiplas influências (Bairro, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Silva, 2025).

Nessa perspectiva, ao falar a língua, a mulher indígena afirma a identidade frente a sociedade que historicamente tentou deslegitimar os modos de vida. Essa afirmação linguística contribui para o fortalecimento da autoestima coletiva e para a valorização cultural, visto que, funciona como mecanismo de enfrentamento às narrativas que associam as línguas indígenas ao atraso ou à marginalidade (Dorrico, 2018; Potiguara, 2019; Toledo; Miranda, 2021).

Nesse viés, assume a responsabilidade pela transmissão linguística, onde as mulheres atuam como agentes de preservação cultural, garantindo-se que os conhecimentos tradicionais permaneçam vivos e acessíveis às novas gerações. Em Rondônia, a atuação se torna significativa diante dos impactos do contato interétnico e das políticas educacionais que, por vezes, desconsideram a diversidade linguística existente (Neto, 2022; Bairro, 2025; Aliaga Fuentes, 2025).

Conseqüentemente, a importância da linguagem na construção identitária das mulheres indígenas também pode ser compreendida

a partir da noção de resistência cultural. Com a manutenção da viva a língua, as mulheres desafiam processos históricos de dominação e reafirmam sua autonomia cultural.

A língua indígena é uma forma de existência. Ela sustenta as histórias, os cantos, os modos de viver e de resistir. Quando as mulheres assumem a palavra, elas assumem também a responsabilidade de manter acesa a memória de seus povos, enfrentando o esquecimento imposto por séculos de colonização e violência simbólica (Dorrigo, 2018, p. 41-42).

Dessa forma, a linguagem se consolida como elemento estruturante da identidade cultural das mulheres indígenas em Rondônia. Ao falar, ensinar e preservar as línguas, as mulheres não apenas mantêm tradições, mas constroem sentidos de pertencimento, fortalecem laços comunitários e afirmam a presença histórica e política no cenário brasileiro contemporâneo.

2. A LINGUAGEM COMO ESPAÇO DE DISPUTA E DE PODER PARA AS MULHERES INDÍGENAS EM RONDÔNIA

A linguagem, nos contextos indígenas, ultrapassa a função comunicativa e se converte em território simbólico onde se travam disputas históricas por reconhecimento, autonomia e existência. Para as mulheres indígenas em Rondônia, falar a própria língua constitui ato político cotidiano, especialmente no cenário marcado pela imposição do português como idioma hegemônico e pela desvalorização das línguas originárias. O uso da língua indígena,

nesse sentido, não ocorre de forma neutra, pois envolve relações de poder que atravessam gênero, etnia e território, configurando-se como prática de resistência frente a processos históricos de silenciamento (Dorrigo, 2018; Bairro, 2025; Silva, 2025).

Assim sendo, a disputa em torno da linguagem se manifesta desde os primeiros contatos coloniais, quando as línguas indígenas passaram a ser vistas como obstáculos ao projeto civilizatório dominante. Em Rondônia, o processo se intensificou com a expansão econômica, a escolarização padronizada e as políticas públicas que, durante décadas, ignoraram a diversidade linguística local. Nesse contexto, as mulheres indígenas passaram a enfrentar duplos desafios: a marginalização por serem indígenas e a invisibilização por serem mulheres. Ainda assim, ao manterem o uso da língua em espaços domésticos, rituais e comunitários, transformaram a palavra em ferramenta de enfrentamento simbólico (Potiguara, 2019; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Com efeito, as línguas indígenas carregam categorias próprias para descrever a natureza, os vínculos sociais e as experiências espirituais. Quando as línguas são silenciadas, não se perde apenas o código linguístico, mas o sistema de conhecimento. As mulheres indígenas, ao insistirem no uso da língua materna, reafirmam formas próprias de interpretar a realidade, uma vez que, confronta modelos externos que tentaram impor visões únicas e hierarquizadas de saber (Toledo; Miranda, 2021; Bairro, 2025; Costa; Fonseca, 2025).

É válido observar que, as mulheres transitam entre o português e a língua indígena, pois adapta os discursos conforme o contexto, sem abrir mão da identidade cultural. Essa alternância linguística não

deve ser compreendida como perda, mas como estratégia de sobrevivência cultural. Por conseguinte, a dominação de diferentes códigos, ampliam as possibilidades de atuação política, especialmente em espaços institucionais, onde precisam dialogar com o Estado sem abandonar as referências culturais (Aliaga Fuentes, 2025; Dorrico, 2018; Silva, 2025).

Outrossim, o uso da linguagem como poder também se expressa na oralidade feminina, que sustenta narrativas históricas silenciadas pelos registros oficiais. As histórias contadas pelas mulheres indígenas guardam memórias de deslocamentos forçados, resistências territoriais e estratégias coletivas de enfrentamento. Assim, a narrativa das experiências nas próprias línguas, disputam versões da história e questionam discursos que minimizaram ou distorceram a presença indígena na região amazônica (Potiguara, 2019; Costa; Fonseca, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022).

De igual modo, a dimensão política da linguagem ganha força quando as mulheres assumem espaços públicos de fala. Em reuniões comunitárias, encontros interétnicos e fóruns institucionais, o uso consciente da língua indígena se converte em afirmação de autoridade cultural. Além disso, ao falar a partir de suas referências, rompem com expectativas de subalternidade e reposicionam as identidades em arenas historicamente dominadas por discursos externos (Neto, 2022; Aliaga Fuentes, 2025; Bairro, 2025).

A linguagem, portanto, opera como campo de disputa simbólica, onde se confrontam projetos distintos de sociedade. Para as mulheres indígenas em Rondônia, resistir linguisticamente significa manter vivas práticas culturais e afirmar o direito de existir conforme seus próprios valores. Esse enfrentamento cotidiano revela que o

poder da palavra não se limita ao discurso formal, mas se constrói nas interações diárias, nos cantos, nas narrativas e nos ensinamentos transmitidos entre gerações (Dorrigo, 2018; Potiguara, 2019; Toledo; Miranda, 2021).

3. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA INDÍGENA EM RONDÔNIA

As organizações indígenas e os movimentos sociais desempenham papel central na promoção das línguas e culturas indígenas em Rondônia, pois atua como espaços coletivos de articulação política, fortalecimento identitário e reivindicação de direitos. Nesses espaços, as mulheres indígenas têm assumido protagonismo crescente, visto que, utiliza a linguagem como instrumento de mobilização, diálogo intercultural e afirmação cultural. Assim, a atuação organizada permite que práticas linguísticas tradicionais ultrapassem o âmbito doméstico e alcancem esferas públicas e institucionais, ampliando a visibilidade e o reconhecimento social (Aliaga Fuentes, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Bairro, 2025).

Dessa forma, as organizações surgem como resposta às ameaças constantes aos territórios, às línguas e aos modos de vida indígenas. Em Rondônia, onde o avanço de projetos econômicos impactou diretamente comunidades tradicionais, os movimentos indígenas passaram a incorporar a defesa da língua como eixo estratégico de resistência cultural. As mulheres, ao ocuparem posições de liderança nessas organizações, contribuem para que a linguagem seja compreendida como direito coletivo e patrimônio cultural, não apenas como elemento folclórico (Dorrigo, 2018; Silva, 2025; Neto, 2022).

Além disso, a atuação feminina nos espaços também promove a valorização da oralidade e da memória coletiva. Reuniões, assembleias e encontros regionais tornam-se momentos de circulação da palavra indígena, pois fortalece laços comunitários e cria redes de apoio entre diferentes povos. Isso posto, ao compartilhar narrativas em suas línguas, as mulheres reforçam identidades coletivas e constroem estratégias conjuntas de enfrentamento às políticas excludentes, transformando-se a linguagem em ferramenta de coesão social (Potiguara, 2019; Costa; Fonseca, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

É válido destacar que, lideranças femininas atuam como mediadoras culturais, pois dialogam com universidades, órgãos governamentais e organizações não governamentais. Nesses contextos, o domínio da linguagem, tanto indígena quanto portuguesa, possibilita que demandas locais sejam traduzidas sem perder os sentidos culturais. Essa mediação linguística fortalece a autonomia dos povos indígenas e amplia a capacidade de incidência política dos movimentos sociais (Aliaga Fuentes, 2025; Bairro, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022).

Em consonância, a realização de oficinas, encontros e projetos culturais estimulam o uso da língua indígena entre jovens, pois contribuem para a continuidade linguística e cultural. Esse processo formativo reforça a percepção de que a língua não pertence apenas ao passado, mas constitui elemento vivo e fundamental para o futuro das comunidades indígenas em Rondônia (Dorrigo, 2018; Silva, 2025; Neto, 2022).

Por conseguinte, a presença das mulheres nos movimentos sociais indígenas contribui para a ampliação das pautas políticas. Questões

relacionadas à educação, saúde, território e gênero passam a ser discutidas a partir de perspectivas culturais próprias, onde a linguagem ocupa lugar central. Assim, a inserção das vozes das mulheres indígenas nos debates desafia estruturas patriarcais internas e externas, visto que, reposiciona a linguagem como espaço de diálogo, negociação e transformação social (Potiguara, 2019; Costa; Fonseca, 2025; Aliaga Fuentes, 2025).

Outrossim, o papel das organizações indígenas e dos movimentos sociais em Rondônia, se revela fundamental para a promoção da língua e da cultura indígena. O fortalecimento das redes coletivas e a ampliação dos espaços de fala, possibilitam que as mulheres indígenas utilizem a linguagem como instrumento de resistência, afirmação identitária e construção de futuros baseados no respeito à diversidade cultural e linguística (Bairro, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022).

4. A EDUCAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A PROMOÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA INDÍGENA

A educação indígena em Rondônia constitui campo marcado por tensões históricas, avanços normativos e desafios persistentes relacionados à valorização das línguas e das culturas originárias. Durante décadas, a escolarização oferecida às comunidades indígenas esteve alinhada ao modelo assimilacionista, no qual o português era imposto como língua exclusiva de ensino, resultando-se no enfraquecimento das línguas maternas e no distanciamento dos conteúdos escolares em relação às realidades culturais locais. Nesse cenário, as mulheres indígenas passaram a atuar como mediadoras entre o conhecimento tradicional e o espaço escolar,

buscando-se garantir que a educação não rompesse com os vínculos identitários dos povos (Dorrigo, 2018; Bairro, 2025; Neto, 2022).

Nessa perspectiva, os desafios enfrentados pela educação indígena em Rondônia estão diretamente ligados à falta de formação adequada de professores, à escassez de materiais didáticos bilíngues e à dificuldade de implementação efetiva de políticas educacionais diferenciadas. Mesmo com avanços legais que reconhecem o direito à educação intercultural e multilíngue, a prática cotidiana ainda revela obstáculos estruturais que comprometem a promoção das línguas indígenas no ambiente escolar. É válido observar que, as mulheres indígenas quando atuam como professoras ou lideranças comunitárias, assumem a responsabilidade de manter viva a língua materna dentro e fora da escola, mesmo diante das limitações institucionais (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

Apesar das dificuldades, a educação indígena também se apresenta como espaço de oportunidades para o fortalecimento cultural. Quando construída a partir do diálogo com as comunidades, a escola pode se tornar ambiente de valorização da língua, da história e dos saberes tradicionais. Em Rondônia, experiências educativas que incorporam a oralidade, os cantos, as narrativas e os conhecimentos transmitidos pelas mulheres, demonstram que é possível articular currículo escolar e cultura indígena de forma respeitosa. Nesses contextos, a língua deixa de ser vista como obstáculo e passa a ocupar lugar central no processo de aprendizagem (Aliaga Fuentes, 2025; Costa; Fonseca, 2025; Bairro, 2025).

Além disso, a presença feminina na educação indígena contribui para a construção de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais. As mulheres indígenas, ao levarem para a escola as experiências, saberes e formas próprias de ensinar, ampliam as possibilidades educativas e fortalecem a identidade das crianças indígenas. Essa atuação reforça a compreensão de que a educação não deve promover a substituição cultural, mas sim o fortalecimento das identidades e das línguas originárias, respeitando-se os modos de vida tradicionais (Potiguara, 2019; Dorrico, 2018; Neto, 2022).

Certamente, a valorização da língua indígena desde os primeiros anos escolares, cria ambiente favorável para que jovens mulheres reconheçam a importância da cultura e se sintam encorajadas a assumir posições de protagonismo comunitário. Dessa forma, a educação indígena em Rondônia contribui para a continuidade linguística e cultural, desde que esteja comprometida com a diversidade e com a autonomia dos povos indígenas (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

Assim, a educação indígena se configura como espaço estratégico para a promoção da língua e da cultura indígena em Rondônia. Embora os desafios persistam, as oportunidades existentes demonstram que, quando as mulheres indígenas participam ativamente da construção dos processos educativos, a escola pode se transformar em aliada na preservação linguística e cultural, visto que, fortalece identidades e promove a justiça social (Bairro, 2025; Aliaga Fuentes, 2025; Costa; Fonseca, 2025).

5. A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA EM RONDÔNIA

A presença das mulheres indígenas em posições de liderança em Rondônia representa avanço significativo na luta por reconhecimento, autonomia e preservação cultural. Historicamente, as estruturas de poder, tanto internas quanto externas às comunidades indígenas, foram marcadas pela predominância masculina, o que contribuiu para a invisibilização das vozes femininas. No entanto, nas últimas décadas, as mulheres indígenas passaram a ocupar espaços estratégicos de decisão, pois utiliza a linguagem como instrumento central para a articulação de demandas, o fortalecimento de identidades e a promoção da continuidade cultural dos povos (Dorrico, 2018; Potiguara, 2019; Aliaga Fuentes, 2025).

Consequentemente, as lideranças femininas indígenas em Rondônia, se destacam pela capacidade de transitar entre diferentes contextos culturais, sem romper com as raízes. Sendo assim, com a atuação em associações, movimentos sociais, conselhos e espaços institucionais, as mulheres utilizam a língua indígena como forma de reafirmação identitária, ao mesmo tempo em que dominam o português para dialogar com o Estado e outras instâncias de poder. Essa atuação evidencia que a liderança feminina indígena se constrói a partir da articulação entre tradição e contemporaneidade, fortalecendo-se a autonomia cultural (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Bairro, 2025; Neto, 2022).

Dessa forma, a linguagem ocupa papel central no processo de liderança. Ao falar em nome das comunidades, as mulheres indígenas carregam narrativas coletivas, memórias históricas e reivindicações territoriais. Ou seja, as falas não representam apenas posicionamentos individuais, mas expressam experiências compartilhadas e saberes ancestrais. Essa dimensão coletiva da

palavra fortalece a legitimidade das lideranças femininas e amplia o alcance das ações políticas e culturais (Costa; Fonseca, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Silva, 2025).

Com efeito, ao ocuparem posições de destaque, se tornam referências para meninas e jovens indígenas, pois demonstra que a preservação da língua e da cultura é compatível com a atuação política e social. Nesse viés, a representatividade contribui para o fortalecimento da autoestima coletiva e para a continuidade das práticas linguísticas, especialmente em contextos onde a língua enfrenta riscos de apagamento (Potiguara, 2019; Dorrico, 2018; Bairro, 2025).

Em consonância, as lideranças femininas também desempenham papel fundamental na mediação de conflitos e na articulação comunitária, pois a utilização da linguagem como ferramenta de diálogo, constrói pontes entre diferentes grupos e promove processos de escuta e negociação. De igual modo, a atuação reforça a compreensão de que o poder exercido pelas mulheres indígenas não se baseia na imposição, mas na construção coletiva de consensos, respeitando-se valores culturais próprios (Aliaga Fuentes, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Sob o mesmo ponto de vista, a importância das mulheres indígenas em posições de liderança em Rondônia, se manifesta tanto na esfera política quanto cultural. Assim, a utilização da linguagem como instrumento de resistência, articulação e preservação, reafirma o protagonismo feminino indígena e contribui para a construção do futuro, no qual a diversidade linguística e cultural seja reconhecida e valorizada (Costa; Fonseca, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Silva, 2025).

6. O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA TOMADA DE DECISÕES EM SUAS COMUNIDADES EM RONDÔNIA

A participação das mulheres indígenas nos processos de tomada de decisões nas comunidades, especialmente em Rondônia, tem se consolidado como elemento fundamental para o fortalecimento da autonomia cultural, política e linguística dos povos indígenas. Historicamente, as mulheres exerceram funções centrais na organização social, no cuidado coletivo e na transmissão de saberes, ainda que a atuação nem sempre fosse reconhecida nos espaços formais de poder. Nos contextos contemporâneos, observa-se o movimento gradual de ampliação da presença feminina em instâncias decisórias, no qual a linguagem ocupa papel estratégico como meio de articulação, negociação e afirmação identitária (Dorrico, 2018; Potiguara, 2019; Aliaga Fuentes, 2025).

Em Rondônia, as decisões comunitárias costumam envolver temas sensíveis como território, educação, saúde, preservação ambiental e continuidade cultural. Nesses espaços, a palavra feminina indígena se apresenta como elemento de equilíbrio e mediação, conectando-se diferentes gerações e perspectivas. As mulheres, ao participarem das assembleias, reuniões e rituais decisórios, utilizam a língua indígena não apenas para expressar opiniões, mas para reafirmar valores coletivos, narrativas históricas e compromissos com o futuro da comunidade. Sendo assim a atuação reforça a compreensão de que a tomada de decisões não se limita a escolhas pontuais, mas envolve a responsabilidade de garantir a continuidade cultural dos povos indígenas (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Bairro, 2025; Neto, 2022).

A linguagem assume, nesse contexto, a função organizadora das decisões coletivas. Ao falar na língua materna, as mulheres indígenas acionam categorias próprias de pensamento, que orientam modos específicos de compreender o tempo, o território e as relações sociais. Essa forma de expressão possibilita que as decisões sejam construídas de maneira alinhada aos princípios culturais da comunidade, evitando-se que modelos externos de gestão sejam impostos de forma acrítica. Assim, a presença feminina nos espaços decisórios contribui para a preservação de formas próprias de governança indígena, baseadas no diálogo e na coletividade (Toledo; Miranda, 2021; Silva, 2025; Costa; Fonseca, 2025).

Com esse olhar, a reflexão sobre o papel das mulheres indígenas na condução dos destinos coletivos, Dorrico (2018) destaca que a palavra feminina carrega a dimensão histórica e política, ligada à memória e à resistência dos povos indígenas.

As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nas decisões que garantiram a sobrevivência de seus povos, ainda que suas vozes tenham sido silenciadas pelos registros oficiais. Quando falam em seus espaços comunitários, elas não falam apenas por si, mas acionam memórias coletivas, experiências ancestrais e compromissos com as futuras gerações. A palavra feminina indígena organiza o presente a partir do passado e projeta o futuro como continuidade da vida coletiva (Dorrico, 2018, p. 55-57).

Essa compreensão evidencia que a tomada de decisões nas comunidades indígenas não ocorre de forma individualizada, pois a fala das mulheres está enraizada em relações comunitárias e em responsabilidades compartilhadas. Em Rondônia, esse aspecto se torna relevante diante das pressões externas que ameaçam os territórios e as formas tradicionais de organização social. Assim, a participação ativa nos processos decisórios, faz com que as mulheres indígenas contribuam para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento, nas quais a linguagem atua como instrumento de coesão e resistência (Bairro, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Outro ponto central, diz respeito à ampliação dos espaços de fala feminina dentro das próprias comunidades. A presença das mulheres nos processos decisórios tem provocado transformações internas, visto que, questiona hierarquias rígidas e promove relações horizontais. Esse movimento não significa a ruptura com a tradição, mas sim a resignificação de práticas culturais à luz das demandas contemporâneas. A linguagem, nesse processo, permite que as mulheres expressem as perspectivas, negociem conflitos e construam consensos, uma vez que, fortalece o tecido social comunitário (Potiguara, 2019; Costa; Fonseca, 2025; Silva, 2025).

Quando a mulher indígena ocupa espaços de decisão, ela leva consigo a memória de seu povo, a força da ancestralidade e o compromisso com a continuidade cultural. Sua fala carrega saberes que foram transmitidos oralmente ao longo de gerações e que se manifestam como orientação ética para as escolhas coletivas. A participação feminina não fragiliza a cultura indígena; ao contrário, fortalece-a ao garantir que a palavra ancestral permaneça viva nos processos decisórios (Potiguara, 2019, p. 89-91).

A partir dessas reflexões, percebe-se que a atuação das mulheres indígenas na tomada de decisões não se restringe à defesa de pautas específicas, mas envolve a construção de projetos coletivos de futuro. Em Rondônia, a atuação se articula à luta pela preservação linguística, uma vez que, a língua constitui o principal meio pelo qual os valores culturais são expressos e compartilhados. Sendo assim, a decisão na própria língua, permite que as comunidades reafirmem a autonomia e resistam à homogeneização cultural imposta por modelos externos (Toledo; Miranda, 2021; Aliaga Fuentes, 2025; Bairro, 2025).

Assim, o papel das mulheres indígenas na tomada de decisões nas comunidades, se revela essencial para a manutenção da identidade cultural e linguística em Rondônia. Com efeito, a utilização da linguagem como instrumento de diálogo, mediação e resistência, fortalecem processos decisórios baseados na coletividade, assegurando-se que as escolhas comunitárias estejam alinhadas aos

valores ancestrais e às necessidades contemporâneas de seus povos (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022; Costa; Fonseca, 2025).

7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As políticas públicas voltadas à educação indígena em Rondônia se constroem no cenário marcado por avanços normativos e contradições entre o que está previsto legalmente e o que se efetiva na prática cotidiana das comunidades. Embora a legislação brasileira reconheça o direito à educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, a implementação das diretrizes ainda enfrenta entraves estruturais, institucionais e culturais. Nesse contexto, as mulheres indígenas assumem papel estratégico ao tensionar as políticas, pois busca a garantia de que a educação respeite as línguas, os saberes e as formas próprias de organização dos povos (Bairro, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Nesse sentido, a diversidade linguística indígena em Rondônia impõe desafios específicos às políticas educacionais. A ausência de materiais didáticos adequados às línguas locais, a escassez de professores indígenas com formação continuada e a rotatividade de profissionais não indígenas dificultam a consolidação de práticas pedagógicas que valorizem a língua materna. Dessa forma, as mulheres indígenas envolvidas diretamente com a escola, seja como professoras, lideranças ou mães, percebem os limites do cotidiano e atuam como mediadoras entre a comunidade e o Estado, pois reivindicam políticas sensíveis às realidades locais (Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Costa; Fonseca, 2025).

Não obstante, a linguagem ocupa lugar central nesse debate, pois a educação escolar indígena não se restringe à transmissão de conteúdos formais, mas envolve a preservação de modos próprios de ensinar e aprender. Quando as políticas públicas ignoram a centralidade da língua indígena, contribuem para processos de apagamento cultural. As mulheres indígenas, ao defenderem o uso da língua materna no ambiente escolar, reforçam a compreensão de que a educação deve fortalecer identidades e não promover a substituição linguística. Essa atuação evidencia que a política educacional é também campo de disputa simbólica, no qual se confrontam projetos distintos de sociedade (Dorrico, 2018; Potiguara, 2019; Bairro, 2025).

Apesar das dificuldades, as políticas públicas também abrem oportunidades para o fortalecimento da educação indígena em Rondônia. Programas de formação de professores indígenas, iniciativas de produção de materiais bilíngues e a ampliação do diálogo entre comunidades e instituições educacionais têm possibilitado avanços, ainda que de forma desigual. Assim, as mulheres indígenas, ao participarem de conselhos, fóruns e espaços deliberativos, contribuem para que as políticas sejam construídas de maneira participativa, pois incorpora as demandas reais das comunidades e valoriza a diversidade linguística existente no estado (Aliaga Fuentes, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Conseqüentemente, quando pensadas de maneira articulada, as ações educacionais dialogam de forma consistente com políticas culturais, territoriais e linguísticas, criando-se bases sólidas para a preservação das línguas indígenas. Em Rondônia, experiências educacionais que respeitam os modos próprios de organização comunitária e incorporam saberes tradicionais têm demonstrado

que a escola pode se tornar espaço de fortalecimento cultural, desde que construída em diálogo com as comunidades. Essa perspectiva reforça a compreensão de que a educação indígena não deve se limitar à transmissão de conteúdos formais, mas atuar como instrumento de valorização da diversidade linguística e cultural existente no estado (Brasil, 2012; Navarro, 2019; Amaral, 2020).

A partir das vivências cotidianas, as mulheres indígenas conseguem identificar fragilidades, contradições e efeitos negativos das ações governamentais implementadas sem escuta comunitária. Ao levarem as questões para o debate público, utilizam a linguagem como instrumento político de denúncia e proposição, ampliando-se a capacidade de articulação das comunidades frente ao Estado. Essa atuação evidencia que a participação feminina é fundamental para tensionar modelos de políticas públicas que desconsideram as especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas, contribuindo-se para a construção de ações sensíveis à interculturalidade e ao reconhecimento da diversidade (Simas, 2023; Amaral, 2020; Brasil, 2012).

Assim, a presença das mulheres nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais, também influencia diretamente na forma como a língua indígena é percebida pelas novas gerações. Ao defenderem a presença no espaço escolar, colaboram para que crianças e jovens desenvolvam relação positiva com a cultura e com o território, pois fortalece sentimentos de pertencimento e identidade coletiva. Esse reconhecimento contribui para a continuidade das práticas linguísticas, mesmo em contextos marcados por pressões externas e processos de homogeneização cultural (Navarro, 2019; Simas, 2023; Brasil, 2012).

Com esse olhar, as políticas públicas voltadas à educação indígena em Rondônia, configuram-se como campo atravessado por desafios estruturais, mas também por possibilidades reais de transformação social e cultural. Quando elaboradas com base no diálogo intercultural e na participação efetiva das mulheres indígenas, as políticas têm potencial para o fortalecimento das línguas originárias e reafirma identidades coletivas. Além disso, a atuação feminina revela-se central para que a educação deixe de operar como mecanismo de assimilação e passe a se constituir como espaço de resistência, autonomia e continuidade cultural dos povos indígenas (Amaral, 2020; Navarro, 2019; Simas, 2023).

8. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA LINGUAGEM COMO REPRESENTAÇÃO CULTURAL EM RONDÔNIA

A implementação de políticas públicas voltadas à promoção da linguagem como representação cultural em Rondônia, ocorre no contexto marcado por desigualdades históricas, territoriais e institucionais. Apesar do reconhecimento legal das línguas indígenas como patrimônio cultural e direito coletivo dos povos originários, a efetivação das políticas enfrenta entraves que vão desde a falta de recursos até a ausência de diálogo intercultural na formulação das ações governamentais. Para as mulheres indígenas, o cenário revela que a linguagem continua sendo campo sensível de disputa política, no qual o reconhecimento formal nem sempre se traduz em práticas efetivas de valorização cultural (Bairro, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Neto, 2022).

Entre os principais desafios, destaca-se a dificuldade de adaptação das políticas públicas às realidades locais das comunidades

indígenas de Rondônia. Dessa forma, as ações são concebidas de forma homogênea, desconsiderando-se a diversidade linguística e cultural existente no estado. Essa abordagem limita a eficácia das políticas e, em alguns casos, contribui para o enfraquecimento das línguas originárias. As mulheres indígenas, ao vivenciarem diretamente os impactos dessas ações, identificam que a promoção da linguagem como representação cultural, exige mais do que normas legais; requer escuta, participação comunitária e respeito aos saberes tradicionais (Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Costa; Fonseca, 2025).

Quando as mulheres indígenas são excluídas dos espaços decisórios, as perspectivas sobre linguagem, cultura e educação tendem a ser ignoradas. Em Rondônia, a exclusão compromete a construção de políticas sensíveis às dinâmicas comunitárias, pois são justamente as mulheres que detêm conhecimentos fundamentais sobre a transmissão linguística e a preservação cultural. Além disso, a participação ativa poderia contribuir para políticas coerentes e eficazes, alinhadas às necessidades reais das comunidades (Aliaga Fuentes, 2025; Dorrico, 2018; Bairro, 2025).

As políticas públicas que se propõem a reconhecer as línguas indígenas precisam ir além do discurso institucional. A língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas uma forma de existir no mundo. Quando o Estado não garante condições para que essas línguas sejam faladas, ensinadas e transmitidas, contribui diretamente para o apagamento cultural. Promover a língua indígena significa garantir território, educação diferenciada e participação efetiva dos povos indígenas nas decisões que afetam suas vidas (Dorrigo, 2018, p. 72-74).

Apesar desses desafios, existem oportunidades concretas para a promoção da linguagem como representação cultural em Rondônia. Iniciativas que articulam políticas educacionais, culturais e linguísticas têm demonstrado potencial para fortalecer as línguas indígenas quando construídas de forma participativa. Como exemplos, projetos que valorizam a oralidade, a produção cultural indígena e o protagonismo feminino contribuem para ampliar o reconhecimento social das línguas originárias, tanto dentro quanto fora das comunidades (Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Costa; Fonseca, 2025; Toledo; Miranda, 2021).

Nesse sentido, as mulheres indígenas ocupam posição estratégica no processo de transformação, pois atuam como educadoras, lideranças e mediadoras culturais, na articulação de políticas públicas com práticas comunitárias, garantindo-se que a linguagem permaneça viva no cotidiano. Essa atuação revela que a promoção da língua não depende apenas do Estado, mas também do

fortalecimento das iniciativas locais conduzidas pelas comunidades indígenas, especialmente pelas mulheres, que assumem a responsabilidade pela transmissão cultural entre gerações (Bairro, 2025; Silva, 2025; Neto, 2022). De igual modo, conforme aponta Potiguara (2019):

Quando o Estado reconhece a língua indígena como parte viva da cultura, reconhece também a humanidade e a história dos povos que a falam. As mulheres indígenas, ao preservarem e transmitirem suas línguas, mantêm viva a memória coletiva e reafirmam sua identidade frente às tentativas de apagamento. Sem políticas públicas comprometidas com essa diversidade, a língua corre o risco de ser reduzida a símbolo vazio, desvinculado da vida cotidiana (Potiguara, 2019, p. 102-104).

Dessa forma, a implementação de políticas públicas para a promoção da linguagem como representação cultural em Rondônia, depende do compromisso contínuo com a diversidade e a participação indígena. O reconhecimento da centralidade das mulheres no processo, amplia as possibilidades da construção de políticas justas e eficazes, capazes do fortalecimento de identidades, da garantia de direitos linguísticos e da promoção da continuidade cultural dos povos indígenas (Aliaga Fuentes, 2025; Meirelles; Rubim; Bomfim, 2022; Bairro, 2025).

Assim, os desafios e as oportunidades para a implementação das políticas, revelam que a linguagem não pode ser tratada como

elemento secundário. Em Rondônia, promover a língua indígena como representação cultural significa enfrentar desigualdades históricas, reconhecer o protagonismo feminino indígena e construir políticas públicas comprometidas com a pluralidade cultural e linguística do estado (Silva, 2025; Toledo; Miranda, 2021; Costa; Fonseca, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu compreender que a linguagem ocupa lugar central na preservação cultural dos povos indígenas em Rondônia, especialmente quando articulada ao protagonismo das mulheres indígenas. Ao longo da discussão, tornou-se evidente que a língua não se limita a instrumento de comunicação, mas se configura como elemento estruturante da identidade, da memória coletiva e das formas próprias de organização social. Nesse sentido, as mulheres indígenas assumem papel fundamental ao manterem vivas as práticas linguísticas tradicionais, mesmo diante de contextos marcados por desigualdades históricas, pressões externas e processos de silenciamento cultural.

A análise dos diferentes eixos abordados, demonstrou que a atuação feminina indígena atravessa múltiplas dimensões da vida comunitária, desde a educação até os espaços de liderança e a tomada de decisões. Ao utilizarem a linguagem como ferramenta de diálogo, resistência e mediação, as mulheres indígenas contribuem para o fortalecimento da autonomia cultural dos povos e para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às ameaças que incidem sobre os territórios e as culturas indígenas. Assim, a presença feminina nos movimentos sociais, nas organizações comunitárias e nos espaços institucionais amplia as possibilidades

de incidência política e reforça a centralidade da língua como expressão viva da cultura.

Embora existam avanços normativos que reconhecem os direitos linguísticos dos povos indígenas, ainda persistem desafios significativos para a efetivação das políticas de forma sensível às realidades locais. Além disso, a participação ativa das mulheres indígenas no processo, mostra-se essencial para que as ações governamentais superem abordagens genéricas e passem a considerar a diversidade cultural e linguística existente no estado.

Certamente, a valorização das línguas indígenas, significa o reconhecimento da legitimidade dos saberes, das histórias e das formas de existência dos povos originários. Isso posto, as mulheres indígenas, ao assumirem o papel de guardiãs da palavra e da memória, contribuem de maneira decisiva para a continuidade cultural e para a construção de futuros baseados no respeito à diversidade. Assim, o fortalecimento do protagonismo feminino indígena e a garantia das condições efetivas para a preservação linguística, configuram-se como caminhos indispensáveis para a promoção da justiça cultural e social em Rondônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAGA FUENTES, Maribel Del Carmen (Org.). **Mulheres indígenas e a diversidade cultural brasileira**: história, violência e resiliência. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/52960>. Acesso em: 30 mar. 2026.

AMARAL, Luiz Fernando Ferreira do. **Revitalização de línguas indígenas no Brasil**: desafios, políticas e perspectivas. Campinas:

Pontes Editores, 2020.

BAIRRO, Samira. Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistências e retomadas no pós-redemocratização. **Revista de Linguística**, Belo Horizonte, v. 33, n. 3, p. 1-23, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/61404>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-indigena-1>. Acesso em: 20 jan. 2026.

COSTA, Greiciele Rodrigues da; FONSECA, Thaila Bastos da. Vozes resistentes: mulheres indígenas na literatura como espaço de empoderamento. **Revista Decifrar**, Manaus, v. 13, n. 26, p. 45-66, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Decifrar/article/view/16287>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DORRICO, Truduá. **Literaturas indígenas**: vozes, corpos e cosmologias. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva; RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz. Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil: protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/86643>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2019.

NETO, Miguel Gomes. Reflexões sobre o português falado por povos indígenas no Brasil. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 89-105, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/14042>.

Acesso em: 20 jan. 2026.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2019.

SILVA, Diego Barbosa da. Línguas ameaçadas: reflexões sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 315-337, 2025. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3746>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SIMAS, Hellen Cristina Piçanã-O. **As línguas indígenas do Brasil**: trajetória histórica e desafios de preservação. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

TOLEDO, Beatriz Furlan; MIRANDA, Camille Cardoso. Por que documentar e descrever línguas indígenas? Contribuições para a revitalização linguística no Brasil. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/67284>. Acesso em: 20 jan. 2026.

O presente texto é parte integrante da pesquisa doutoral *Trajectoria Política e Escolar das Mulheres Indígenas no Estado de Rondônia*, na área temática: *Estudos com populações indígenas*, de Shyrley de Almeida Alves, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), com financiamento próprio da pesquisadora – CAAE N°. 88987925.8.0000.5406 – CONEP / Plataforma Brasil – em parceria com o Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas na Amazônia (PDA),
campus Cacoal-IFRO.

¹ Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>. Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. É licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (Universidade do Estado da Bahia, UNEB/FFCLC). Mestre em Linguística (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST University, USA). Doutor em Estudos da Linguagem (Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social e Discursiva (Universidade Estadual do Maranhão, UEMA). Atualmente lidera o grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-PDA-IFRO). Pesquisador, músico, poeta, escritor. Temas de interesse: Cultura, Direito, Educação, Ensino, Língua(gem), Povos e Comunidades Tradicionais.
E-mail: sergio.nunes@ifro.edu.br

² Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2077300677497872>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234>. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista/UNESP, *campus* de Marília/SP, sob a orientação da

professora Doutora Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo no Doutorado Interinstitucional em Educação PPGE/2023, na linha Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais. Mestra em Psicologia (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Especialista em Administração e Gerenciamento Escolar (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Graduada em História (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com lotação na Reitoria/PVh (Técnica em Assuntos Educacionais). Faz parte do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos e Literários (DGP-NEHLI-IFRO, na linha Educação inclusiva, Diversidades e Direitos Humanos). Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA), na linha Saberes e Práticas Discursivas Amazônicas de Povos Tradicionais. E-mail: shyrley.alves@ifro.edu.br

³ Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3384364718543854>. Mestra em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras ProfLETRAS (UESB). Desenvolve atividades voltadas à formação linguística e ao aprimoramento do ensino de línguas. É também especialista em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa (FACIG); em Língua Portuguesa e Linguística (FACIG) e em Literatura (UNIVERSO). Graduada em Letras Português/Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (1999). Atua como professora da rede pública estadual da Bahia, dedicando-se com ênfase ao ensino de Língua Portuguesa. Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-PDA-IFRO), contribuindo com estudos e reflexões voltados à prática docente e às questões da língua(gem). E-mail: mmmsampaio@yahoo.com.br

